

DEMOCRACIA, COMUNISMO E CAPITAL **Debate entre Marcel Gauchet e Alain Badiou**

Fernando Fagundes Ribeiro¹

Resumo: Um, relegado como ultraconservador e reacionário, o outro, é proscrito pelo seu stalinismo e maoísmo suposto. Sua igual rejeição do neoliberalismo atual não oculta a linha de front que os separa: Marcel Gauchet anseia um reformismo ambicioso que articule a democracia e o capitalismo. Alain Badiou, se apoiando sobre a história de uma revolução cultural, real ou imaginada, milita em prol da recuperação da hipótese comunista. Ele elabora um programa em sete pontos que proclama o fim do partido, mas resta incerto acerca da forma exata de organização política, que não exclui a abolição do Estado, embora constatando uma necessidade de convergência entre "tendências anarquistas" e "tendências organizadoras".

Palavras-chave: Democracia, Comunismo, Capitalismo, Badiou, Gauchet.

Abstract: One is banned for his conservadorism and reacionarism, the other, for his stalinism and maoism supposed. The both's rejection of actual neoliberalism don't hide the front line that set them apart: Marcel Gauchet pretends an ambitious reformism articulating capitalism and democracy. Alain Badiou, leaning on the history of one cultural revolution, real or imagined, militates for the recuperation of communist hypotesis. He made a program in seven points that claims for the end of the party, but he remains uncertain about the form exact of the politics organization, that not exclude the abolition of State, although observing a necessity of convergence between "anarchist trends" and "organizing trends".

Key-words: Democracy, communism, Capitalism, Badiou, Gauchet.

¹ Professor do Departamento de Filosofia da UFF.

Democracia: bebê ou água do banho?

Numa entrevista à folha de São Paulo de 2009, Slavoj Žižek ponderou que um dos grandes problemas em política hoje em dia é a disputa pelo mapa cognitivo acerca do que está acontecendo. Não estamos tanto confrontados com alternativas claras a escolher quanto com ao que estabelecer como constituindo tais alternativas. Há um embaraço acerca do possível que termina por refrear ações afirmativas e progressistas. Afinal, sem a análise do que se passa, como saber o que fazer? É a hora dos intelectuais renunciarem ao seu comodismo e ofertar, como reivindicava Lenin em *Que fazer?*, "sob forma de revelações vivas, o que nosso governo e nossas classes dominantes fazem na hora atual em todos os domínios da vida", incitando-os a se dedicarem "com um pouco mais de zelo a essa tarefa."

Uma forma de se empreender a construção do mapa é contrapor duas teses gerais hoje vigentes acerca de nossa situação política - a "democracia parlamentar" - e das medidas a serem tomadas. Num debate recente entre Marcel Gauchet e Alain Badiou² publicado em livro homônimo ao de Lenin, dois diagnósticos são propostos, ou melhor, contrapostos, cada qual contendo duas visões e valorações distintas da democracia e do comunismo e, conseqüentemente, do "que fazer" (reforma ou insurreição ?). O ponto comum rejeitado por ambos é o primado conferido hoje ao economicismo na análise e na prática política. Para Gauchet a democracia deve servir como instrumento à mão em vista de se impor limites ao capitalismo financeirizado, que desdobra sua lógica em escala mundial. Badiou, na trilha de Marx, percebe uma relação intrínseca, uma aliança indissolúvel entre o capitalismo e a democracia, um compromisso de tal ordem que para se jogar fora um há de se jogar fora também o outro, como o bebê com a água de banho.

Para Marcel Gauchet, a mundialização não pode se reduzir apenas à esfera econômica, e faz surgir a promessa de um mundo desimperializado, policentrado e sem potência dominante. Para Badiou, trata-se de reintroduzir a hipótese comunista, evitando contudo a

² Badiou - Autor de *Ser e evento*, *Lógicas dos mundos e Imanência das verdades* (tríptico que constitui uma espécie de "Suma ontológica") escreveu também mais de 50 ensaios, romances, teatro. Em política publicou, destacadamente, *A hipótese comunista* e *De que Sarkozy é o nome*, além do *Compêndio de metapolítica*, uma coletânea de textos. Gauchet - Filósofo e historiador, redator chefe da revista *Le débat*, autor de *O desencantamento do mundo*; *A revolução dos direitos do homem*; *O advento da democracia* em 3 tomos. Publicaram juntos, recentemente, *Que fazer? (Que faire?)* sobre comunismo, capitalismo e o futuro da democracia.

deriva sombria em que até hoje as tentativas de implementação do comunismo desembocaram: o pesadelo totalitário³.

No capítulo 2, Gauchet distingue o comunismo como ideia do comunismo histórico, ou nas palavras de Engels, o socialismo utópico do científico. Ele recorda que a passagem de um ao outro implica necessariamente, segundo Marx, a coletivização dos meios de produção, cuja posse privada é vista como a principal fonte das desigualdades sociais. Contudo, no anseio de tornar a sociedade uma unidade sem fissura, Gauchet enxerga o risco do totalitarismo, como ocorreu na URSS no século XX, com a tomada de poder pelos bolcheviques e a prorrogação indevida da "ditadura do proletariado". Para ele, leninismo é o nome do marxismo na história, e representa uma traição, senão no plano teórico, de forma marcante no plano prático. Se Marx pensava a revolução como a evolução de um processo natural em que através das crises sucessivas do capitalismo a classe trabalhadora iria tomando consciência de si, Lenin considera que a revolução deve ser um processo metodicamente orientado, isto é, não natural. Nesse sentido, a grande traição leninista do marxismo consistiria na constituição de um partido de vanguarda revolucionária como pretense agente do processo histórico. No entender de Lenin, sem essa ação do partido o capitalismo continuaria vicejando, com seu cortejo de injustiças intoleráveis, como expressa a célebre fórmula de Trotsky: "socialismo ou barbárie". No entanto, uma vez no poder, justificado por um discurso científico, o partido se sente à vontade para implementar indiscriminadamente seu ideário por toda a sociedade. Gauchet alude a uma "ideocracia" comunista para designar tal monopólio político e intelectual. Com a morte de Lenin em 1924, Stalin apenas teria radicalizado esta perspectiva, levando-a ao paroxismo, a ponto de provocar uma guerra interna quando visou desapropriar os camponeses de suas terras em nome da aceleração da industrialização na URSS.

Uma só ou várias lutas?

Mas talvez não haja tanta descontinuidade assim entre as lutas no tempo de Marx e o momento leninista, ou talvez se possa falar de uma "continuidade dialética", que se realiza por negações. É o que pensa Badiou. Ele concorda com a constatação de que não há para falar

³ Para Zizek (2013), há algo de fantasmático na caracterização do totalitarismo como o outro necessário da sintomática "democracia parlamentar". A exaltação contemporânea de Hanna Arendt é para ele um claro sinal da derrota atual da esquerda, que aceitou as coordenadas básicas da democracia liberal (como a oposição democracia x totalitarismo).

propriamente um pensamento político em Marx, que adota uma crença exagerada nas forças gerais da história. Sua referência são os movimentos insurrecionais da revolução francesa - tendo o próprio Marx participado de um deles na Alemanha em 1840 - até que o fracasso da Comuna de Paris viesse provocar alguns questionamentos quanto à forma da ação política mais efetiva. Alguns ficam céticos com o modelo da insurreição, e escolhem a via do "cretinismo parlamentar", que é aquela que Badiou aponta ter sido a que Gauchet escolheu.

Como se sabe, Lenin se mantém sempre insurrecionalista, apenas acrescentando em relação ao "espontaneísmo" de outros tempos, a necessidade de se organizar o movimento revolucionário com um aparelho especializado, militarizado e disciplinado. Para ele a política efetiva não se confunde com a economia ou a história, mas se constitui como um ramo autônomo, um pensamento-prático independente que de forma improvável obteve um êxito retumbante em 1917. É claro que circunstâncias como a primeira guerra mundial e a situação da Rússia corroboraram para isso de forma singular em relação às demais potências européias. Segundo Badiou, porém, há inequivocamente alguma continuidade entre o insurrecionalismo do século XIX e o do XX. A revolução bolchevique só fracassou após a tomada do poder, quando uma forma sanguinária de exercício da força, herança da guerra civil, foi empregada por Stalin a ponto de destituir inteiramente o projeto comunista de seu sentido original.

Para Marcel Gauchet, Badiou "deflacionou" a experiência soviética ao atribuir o fracasso da revolução a causas circunstanciais. Para se compreender esse fenômeno, teríamos que ampliar nossa análise para o totalitarismo em geral, Alemanha e Itália aí compreendidos, tal como os regimes desses países eclodiram ao longo do século XX. É o que será discutido no capítulo 3.

O fantasma totalitário

Para Badiou é incorrer em equívoco assimilar sumariamente nazismo e comunismo. Um tem como base um pensamento da identidade nacional, do anti-semitismo etc, enquanto o outro tem uma vocação internacionalista. São duas retóricas absolutamente diferentes, dois projetos e duas políticas absolutamente diferentes⁴.

⁴ Numa chave de leitura lacaniana, Zizek (1992) assinala que o nazismo seria tributário do discurso do Senhor, enquanto o stalinismo relevaria do discurso universitário, ou seja, um discurso que não é regido por uma pessoa, um líder, mas pela ciência, entidade anônima. Mostra-o o fato de que ao fim de seus discursos, enquanto Hitler apenas recebia aplausos, Stalin também aplaudia, como se as palmas não fossem endereçadas a ele, mas

Para Gauchet, mesmo se levando em consideração as diferenças, ou até mesmo a oposição entre nazismo/fascismo de um lado, e Stalinismo do outro, pode-se falar de uma homologia estrutural baseada nessa oposição ela própria. Afinal, ambos discursos se inscrevem no contexto da modernidade, quando a figura de Deus já não opera como referência necessária e hierarquizante. Desde então, os indivíduos se acham levados a arbitrar por si próprios acerca do seu destino.

Com a modernidade, a referência à transcendência se apaga na imanência do jogo político. O poder não vem mais de cima, mas emana de baixo. Ele passa a ser concebido como uma *expressão da sociedade*. O parlamentarismo e o sufrágio universal acabam preponderando sobre a monarquia absolutista. Privilegiar a passagem da heteronomia à autonomia como uma espécie de "progresso" na direção do humanismo é uma forma não marxista (e não psicanalítica) de interpretar o sentido da história moderna⁵.

A passagem da heteronomia para a autonomia gerou, segundo Gauchet, uma série de novas separações. Mas que separações são essas? Contrariamente às expectativas, os interesses do mercado não uniram a humanidade num vetor de progresso material comum; a representação política terminou por reeditar assimetrias tradicionais, onde alguns membros privilegiados da elite determinam o destino da maioria. Estamos nas antípodas do que vislumbravam os pensadores iluministas, como Rousseau, que imaginava que o contrato social desembocaria numa espécie de harmonia coletiva. Mas alienação econômica e política foi ao que nos conduziu o sonho das Luzes, cujos fantasmas dominantes são a democracia parlamentar e o livre mercado.

Para Marcel Gauchet, tais impasses flagrantes da modernidade levaram (e levam) à busca da recuperação de uma unidade política, à maneira das formas religiosas, no próprio

ao Grande Outro não barrado das leis férreas da necessidade histórica, descortinadas pelo materialismo dialético e em nome das quais atua o partido comunista.

⁵ Em seu texto sobre Marx, inventor do sintoma, Zizek (1996) assinala, evocando o Lacan no seminário 16, o quanto o fetichismo das relações pessoais do período feudal apenas se "deslocou" para a relação entre mercadorias. Segundo essa perspectiva anti liberal, que recorre à lógica do sonho psicanalítica, o homem moderno se experimenta livre, mas age segundo a lógica do dinheiro. A ideologia não mais é tomada para Zizek (na trilha de Althusser) como falsa consciência da realidade objetiva, mas como uma espécie de "ilusão" que estrutura a realidade ela própria, como ocorre na troca de mercadorias.

interior dessa modernidade contestada. Enquanto os totalitarismos *nazi* e *fasci* fizeram um apelo ao passado, o comunismo forjou a ideia de uma comunidade por vir. Não restaria menos, todavia, uma indisfarçável convergência entre os projetos "totalitários". São todos religiões seculares, que surgiram no intuito de resolver o impasse: como restaurar um sentido de comunidade, de unidade política, de pertencimento, na imanência moderna. Eles implicam a passagem ao ato de uma espécie de psicose política ao tentar fundir autonomia com heteronomia.

Numa perspectiva bem diferente, Badiou não nega a existência de elementos comuns ao nazismo e ao comunismo soviético. (Despotismo do partido único; polícia política; imaginário militar - todos os quadros políticos usam roupas de soldado; terror contra opositores e mesmo camponeses, etc). De um ponto de vista histórico, há em comum igualmente o fato desses movimentos emergirem da crise dos parlamentarismos imperiais pós primeira guerra mundial. Lembremos que Alemanha, Rússia e Itália saíram desse conflito como perdedores. Mas é a rigor vão buscar uma estrutura comum entre aquilo que difere radicalmente sobre o plano dos valores mobilizados, das subjetividades em presença e da significação internacional de sua ambição.

Badiou alerta para o fato ruim do significante "religião" ser aplicado indiscriminadamente a tudo que se assemelhe a convicções fortes, o que suscita a rejeição prévia de tudo que não corrobore para a democracia parlamentar. É uma etiqueta cômoda para se recusar de antemão qualquer possibilidade de políticas emancipatórias. "Religião" é um rótulo que lança uma suspeita contra aquilo que vai contra o consenso dominante.

Refutando o que diz Gauchet, Badiou nega que Lenin tenha pretendido por em obra uma sociedade reunificada. Do ponto de vista do trabalho, ele estudou e aplicou fortemente na União Soviética o taylorismo, bastante hierarquizante. Lenin e Stalin reforçaram bastante o aparelhamento do Estado e mesmo agravaram a luta de classes. Na realidade, a unificação soviética jamais existiu! Na China igualmente, barreiras e diferenciações profundas foram mantidas ou criadas. À exemplo da URSS, a diferenciação nas fábricas entre engenheiros e operários restou intocada. Mao tentou um levante contra essas diferenças burocratizadas, mas isso agravou ainda mais divisões violentas.

Partido quebrado

Gauchet sabe que o regime comunista engendrou separações, mas isso se deu em nome de uma unidade por vir. O partido sempre se apresentou como um meio para transformar a sociedade e nunca um ponto de chegada. A harmonia unificada viria apenas "no fim do processo". De todo modo, ela é prometida. O partido é um mal presente em vista de um bem futuro. As divisões mantidas são etapas necessárias para se chegar na sociedade sem classes.

Um hiato crescente foi se verificando entre o discurso comunista e a realidade efetiva. Emerge, de forma inédita, uma nova classe privilegiada: a burocracia. Isso tudo, acompanhado de uma gestão irracional e centralizada do processo produtivo. O regime terá que mentir continuamente para mascarar os impasses da realidade que se apresentam, e eliminar todas as vozes discordantes que apontam para as falhas.

Badiou assinala fortemente que um comunismo estatizado é de fato uma aberração, um oxímoro insustentável do ponto de vista de Marx, cujo projeto anuncia claramente o perecimento do Estado e a livre associação dos trabalhadores. Marx consideraria absurda a ideia de se implementar uma nova sociedade através do despotismo, mesmo se tratando da ditadura do proletariado. Chamar isso de religião é como querer definir o cristianismo pela tortura e a Inquisição. Na ortodoxia marxista, não há socialismo autêntico sem liberdade. Marx é socialismo com liberdade.

Lenin é parcialmente responsável por desvirtuar revolução, ao ter criado um Estado militarizado. Mas ele próprio reconhecia os perigos da burocracia e chegou a pensar - de forma antecipadora do maoísmo - em estabelecer comitês populares de fiscalização das operações do Estado. Com o Stalinismo, tudo vai de mal a pior e o terror se estabelece, o que mostra o quanto o Estado é por si só impotente para levar a revolução até o fim sem desnaturá-la. Para Badiou, o Estado possui uma dimensão criminosa intrínseca. Ele é um misto de violência e inércia conservadora. Ele está disposto a tudo para "perseverar no seu ser". Ele é o contrário da política. Aderir ao Estado provoca sempre uma espécie de despolitização subjetiva. "Toda política digna desse nome deve marcar sua discórdia, sua independência em relação às formas de onipotência e persistência estatais.", ele diz. É o que pode se encontrar de forma resplandecente em Mao Tsé Tung, que privilegiava os movimentos de massa independentes e as organizações populares constituídas fora do partido.

Para Marcel Gauchet, atribuir o fracasso do comunismo ao Estado é insuficiente para explicar o totalitarismo, pois o Estado já existe há muito tempo. Tem que haver, portanto, algo de inadequado na própria ideia marxista, e não em sua implementação concreta, marcada pelas contingências do processo. Na dura e triste realidade histórica, a verdade é que o terror perpassou todos os movimentos comunistas, Stalin, Mao, Fidel, Pol-Pot. Não se deve por a culpa disso no Estado, segundo Gauchet, mas no desejo de se fazer Um rejeitando os que se opõem a tal ou qual medida como se fosse um "inimigo do povo".

Argumentando em prol de seu "maoísmo", Badiou salienta que apesar da existência de certos aspectos stalinistas na burocracia chinesa, ele aprecia a "revolução cultural" em seu melhor momento, que vai de 1966 a 68. Nessa ocasião, pela primeira vez na história universal, algo como um movimento de massas autenticamente comunista teria se consumado. "Mao tem esse gesto de apelo inaudito, que mina o stalinismo do interior: ele desencadeia uma imensa mobilização estudantil, depois trabalhadora. A fonte da mudança não é mais o Estado ou o Partido, mas forças sociais inicialmente desorganizadas, tomadas porém como únicos atores verdadeiros da criação histórico-política." Para Badiou, esse é um momento da história do comunismo onde é questionada praticamente a captação da política pelo Estado. Sem fetichizar a GRCP (grande revolução cultural proletária) e o seu fracasso por problemas internos (como a falta de disciplina) há que se reconhecer seu legado decisivo.

Gauchet menciona então a cifra de 750.000 a 1500.000 mortos na China. Badiou contra-argumenta afirmando que essa cifra recobre os 10 anos da revolução, e em se tratando da China... Uma comparação com a revolução francesa revelaria uma proporcionalidade dos mortos, e nem por isso Gauchet viria a contestar a República. Como imaginar uma luta para mudar a orientação do poder sem perdas materiais e humanas? Quando as democracias parlamentares são chamadas a responder por inúmeras atrocidades, como guerras coloniais e conflitos mundiais, elas não são tachadas de regimes criminosos.

Deixando um pouco de lado as cifras e adentrando na política pura, Gauchet se pergunta se Mao é tão diferente assim de Stalin, e se as alianças eventuais com as massas não estão antes para peças de retórica. É o que será discutido no capítulo 4.

A fênix comunista

Diante de tantas problematizações levantadas, como tornar pensável ou sequer desejável ainda a implementação da hipótese comunista, segundo Badiou? O modelo comunista não periclitou, tendo a democracia liberal definitivamente se imposto? Não viveríamos hoje o fim da história, para nos servirmos da célebre expressão de Fukuyama? Como o comunismo poderia, como a fênix mitológica, renascer mais uma vez das cinzas de seus fracassos históricos? Para Badiou, o fracasso incontestável na realidade não é tribunal suficiente para julgar de forma deletéria o valor da ideia do comunismo. A terrível Inquisição espanhola durou muito mais que os sessenta anos da experiência comunista (1917-1989), e não foi suficiente para desqualificar todo o conteúdo do cristianismo. A história não pode condenar uma ideia, muito pelo contrário. Badiou divide sua percepção das coisas em 3 etapas: 1 - o século XIX, quando a ideia foi formulada por Marx e outros. 2 - O século XX, quando ela foi "implementada/desnaturada" sob a direção do Estado. (Tal fracasso deve nos fazer pensar que o comunismo é uma ideia grande demais para ser confiada a um Estado). 3 - A etapa da periodização que se abre neste início de século XXI, de forma ainda balbuciante. Urge readaptar a ideia ao nosso contexto, efervescente como a Europa no fim dos anos 1840.

Badiou usa o termo "hipótese" no sentido da epistemologia, ou seja, não uma fantasia, mas como um esquema geral de pensamento que pode dar lugar a experiências concretas, e que foi progressivamente implementado e testado. Há 3 elementos que servem de base para uma definição genérica do comunismo: em primeiro lugar, a convicção de que é possível retirar o devir da humanidade inteiro da empresa malfazeja do capitalismo. O peso decisivo da propriedade privada, o jogo descontrolado da concorrência dos interesses, a busca desenfreada do lucro como a única lei da atividade, os ditames do monopólio econômico e financeiro, tudo isso gera desigualdades incontestáveis e monstruosas. O ambiente liberal, em suma, não é menos patológico do que os chamados "totalitarismos". Basta mencionar que hoje, 10 por cento da população mundial detém 86 por cento dos recursos para a existência, e essa desigualdade tende a crescer. Isso é inaceitável.

Em segundo lugar, para falar propriamente, "comunismo" significa afirmar que o Estado, com seu aparelho coercitivo separado, transcendente, não é a única forma das sociedades humanas se estruturarem. Há que se ultrapassá-lo, conforme preconiza a tradição marxista clássica.

Em terceiro lugar, "comunismo" enuncia que a divisão do trabalho (seja sob a dualidade da execução X gestão ou do trabalho manual X intelectual) não é uma necessidade absoluta para se organizar a produção econômica. A hipótese comunista consiste numa aposta na unificação comunitária no interior de um processo histórico real, desses 3 elementos: desprivatização do processo produtivo, perecimento do Estado, reunião e polimorfia do trabalho. Tudo isso diz respeito à mais pura ortodoxia marxista.

A hipótese comunista é portada por um sujeito coletivo, formado por todos aqueles que se dizem comunistas e agem como tais. Na herança marxista, trata-se do proletariado, no maoísmo, das massas, termo que detêm uma significação mais abrangente. Enfim, para Badiou, o sujeito coletivo que porta a ideia comunista pode se encarnar de maneiras diferentes.

Do ponto de vista da organização coletiva, evocando um retorno a Marx, Badiou destaca 4 ensinamentos:

1 - Ainda que marcando sua diferença, os comunistas não devem se destacar do movimento histórico que os tornou possíveis, se encerrando no partido como num vaso fechado. Contra a noção de vanguarda revolucionária, Mao afirmava que o partido não é nada se não se acha inteiramente imerso nas massas populares, de onde ele extrai sua existência e suas ideias programáticas e táticas. A rigor, um partido comunista é uma contradição, por sua orientação a partir de um centro transcendente separado. "O Um, diz Badiou, é meu principal adversário, tanto do ponto de vista metafísico quanto político." A bem dizer, isso não implica endossar a desorganização anarquista.... É preciso formas de intervenção ao mesmo tempo coerentes e eficazes.

2 - Trata-se de uma orientação, não de uma direção geral. Os comunistas devem saber circunscrever os contornos políticos de uma situação presente, ao invés de proclamar inflamadamente utopias por vir. Por ocasião de um levante, é necessário antecipar o que pode acontecer e se resguardar de meros impulsos negativos, destrutivos, que acabam devolvendo as coisas ao seu lugar inicial.

3 - O terceiro critério que define o "comunismo" é a sua lógica internacionalista, ainda que sempre vinculada a movimentos de emancipação locais. Os comunistas não devem agir

segundo interesses somente regionais, nacionais, mas levar sempre em conta a contribuição internacional de sua ação.

4 - Os comunistas defendem uma estratégia global, de matriz anticapitalista.

Comunismo, utopia ou horizonte da ação?

Eis então as 3 definições genéricas e os 4 pontos organizacionais do que Badiou entende por "comunismo". Os intelectuais e filósofos comunistas devem trabalhar para fundir o aspecto teórico da ideia com as ações locais suscetíveis de atualizá-la, criando nos atores potenciais dessas ações uma nova subjetividade política, latente hoje ainda. Há 4 forças heterogêneas a serem integradas: universitários jovens descontentes com a ordem estabelecida; a juventude popular contestadora que vive na periferia das grandes cidades, ou é egressa dos países árabes, da Ásia e da América do Sul; o proletariado nômade internacional, que se revolta contra suas condições de trabalho; e os assalariados de nossas sociedades "confortáveis" que percebem ameaçado seu padrão de vida pelas crises econômicas. São esses os atores que podem vir a ser federados pela ideia "comunista". Se essas forças porventura cessarem de ser disjuntas, elas serão a alavanca de uma nova sequência do comunismo que se abre. A marcha é longa, mas de certo modo ela se desenvolve já em terra firme.

Marcel Gauchet consente que o comunismo em ideia é muito bom, bem melhor que o anarquismo individualista de nossas sociedades contemporâneas, mas que existem limites contra os quais se choca o marxismo. Em primeiro lugar seu economicismo, em segundo seu caráter científico (que a própria noção de hipótese assinala), onde a prática deve ser regida a partir de esquemas prévios. Trata-se de um discurso que ainda se apresenta sob os auspícios de uma ciência da história. E o real não cessa de desmentir tais pretensões "científicas".

Badiou recusa igualmente o economicismo e a ciência da história como abrigo ideológico para o monolitismo do poder Estatal. A rigor, seu comunismo não é nem utópico nem científico, ele requer apenas a possibilidade racional da política, contra os efeitos desastrosos do capitalismo mundializado. Ele não acompanha os marxistas "deterministas", para quem as contradições do capitalismo conduzirão ao comunismo de forma inexorável. Há uma dimensão de acontecimento na história, intangível do ponto de vista de uma ciência, e que deve ser considerada.

Para Gauchet, o marxismo não tem mais nada de aproveitável. Ele não dá conta do capitalismo mundializado de hoje, nem do fato de que, malgrado seus inúmeros problemas e aspectos repugnantes, ele obtém a adesão da maioria.

Mencionando o caso do pós-comunista François Furet, Badiou pontua como um traço de denegação melancólica o fato de se reconhecer as falhas do liberalismo sem admitir qualquer outra possibilidade de devir histórico. Furet diz que devemos aceitar o mundo tal como é, mesmo se ele nos desespera. Isso é uma renúncia, um abandono. Trata-se de um fatalismo conservador e melancólico. Para Badiou, não devemos admitir que se bloqueie de tal modo o futuro. Pelo contrário, temos hoje necessidade mais do que nunca de um alargamento dos possíveis. Para se escapar do jugo atual da oligarquia econômica, é preciso ter coragem para desejar e pensar uma alternativa radicalmente oposta ao que aí está. É preciso "arriscar o impossível".

Reforma ou insurreição?

Gauchet também quer transformar o mundo, só que para ele a abertura de um novo possível através da limitação pró-ativa do capitalismo pode ser efetuada através da democracia mesmo, bastando alguns aperfeiçoamentos no seu mecanismo. Afinal, se os trabalhadores não se encontram mais nas condições lamentáveis do fim do século XIX, devem a ela esse progresso real nas suas condições de vida.

Badiou, por sua vez, não crê que a democracia parlamentar, tal como a conhecemos e é praticada, possa servir ao propósito de justiça social. Quando muito, ela não vai além de reformas bastardas. No fim e no que mais importa, ela se atesta constitutivamente refém da autoridade do Mercado.

Não se deve pois crer que com a democracia teríamos chegado a um regime final de imanência, que levaria em conta a ausência do grande Outro, numa linguagem lacaniana, ou a morte de Deus, para se falar como Nietzsche. Este modelo da representação política não garante nem sequer, como pretende Gauchet, a sustentação do princípio moderno de autonomia. Para Badiou, há um grande Outro não menos presente e atuante que se dissimula por detrás da democracia parlamentar representativa: o Capital. Como Marx assinalou, a democracia está e estará sempre ligada a Ele. Nunca houve, historicamente, democracia sem capitalismo consolidado; depois da derrocada do socialismo, assistimos por toda parte no

mundo a vinculação crescente entre o capital e seus representantes políticos. (Vide o caso da corrupção endêmica no Brasil)⁶.

Para Marcel Gauchet, o pacto sinistro entre a política e a economia não diz respeito à democracia do ponto de vista de seus princípios. Ao contrário, esse regime político, com seu modo de organização próprio, que aceita a possibilidade de vozes discordantes, é o grande instrumento que temos para tomar as rédeas da situação e controlar os ímpetus anárquicos das finanças. É preciso, segundo ele, abrir uma terceira era do reformismo democrático, garantindo um regime de Segurança social, como em 1945. Enfim, contra o neoliberalismo desenfreado, é possível, mesmo que de modo progressivo e lento, mas seguro, controlar politicamente a economia.

Para Badiou, a democracia atenua as contradições vivas, impedindo qualquer transformação social de amplitude. Há dois partidos de governo, um de esquerda, mais distribucionalista, e um de direita. Nos extremos, a chamada extrema esquerda, que rejeita o capitalismo, e a extrema direita, que adota a ideologia identitária, nacionalista e mesmo racista. A política parlamentar "consiste em dizer que o poder de Estado deve ser confiado aos dois partidos de governo que constituem, em realidade, um grande centro mole e invariante." É o tal "consenso democrático, que nada mais é do que o acordo tácito que suporta uma triste realidade: a de que, seja lá quem estiver no poder, o capitalismo será intocado. De modo geral, os partidos convocados ao poder concordam que a propriedade privada prevalece sempre sobre o bem público. "A lei da democracia parlamentar é a do sufocamento de uma alteridade forte", afirma Badiou. O pluralismo democrático não é senão de nuances, toleradas pelo capitalismo.

Marcel Gauchet insiste sobre a fecundidade do pluralismo democrático, que não faz calar a oposição, como nos totalitarismos. Há sempre possibilidade de invenção política consistente na longa duração, através dos revezamentos do poder, possibilidade que atesta a história da república desde a revolução industrial (que consolidou leis trabalhistas), e que precisa ser mais explorada. A democracia incorpora o adversário, e isso é fundamental para uma transformação prudente da sociedade. Não sendo intrinsecamente vinculado ao capitalismo, mas instrumento a ser utilizado na direção da justiça social, o papel do estado moderno na hora atual é o de "civilizar a economia".

⁶ Zizek tem alertado ultimamente para o risco de num futuro próximo a China vir a se constituir no pior de todos os modelos: o de um capitalismo sem democracia.

Contrariamente ao que se diz sobre ele, Badiou não se considera de modo algum um radical, e sempre se apresenta disposto a pesquisar, discutir e recolher pontos de vista contraditórios. Ele reputa terroristas aqueles que se fecham a qualquer diálogo. Contudo, para ele, a dialética da prudência e da audácia de Gauchet não leva em conta os verdadeiros inimigos, que no momento são majoritários.

No fim das contas, Badiou considera Gauchet um adversário antes que um antagonista. Ambos são minoritários e querem a transformação do mundo, um à luz de um reformismo democrático ele próprio reformado, capaz de por freios nos impulsos predadores do neo-liberalismo; o outro, pela reativação da hipótese comunista. Se para Marcel Gauchet a democracia corre hoje o risco de sucumbir ao vírus neoliberal, uma excrescência dos direitos do indivíduo, para Badiou, a ligação entre democracia representativa e capitalismo "é tudo, salvo uma contingência histórica." (Badiou & Gauchet, 2014, p. 115)

A crise atual

Vivemos, segundo Gauchet, numa situação absolutamente original em relação a 1930. (A conversão da China ao capitalismo data de antes da queda do muro de Berlim). Capitalismo e democracia parecem ter se imposto, mas não sem problemas. Como interpretar essa genealogia?

Há dois períodos na história democrática moderna.

1945-75 - Estabilização política das democracias ocidentais. Após o capitalismo de extorsão do início, explorador dos recursos naturais e da força de trabalho, surge um capitalismo de distribuição fundado sobre o aumento do salário. É a era do consumo, cujo bem estar proporcionado levou os Estados a confiarem no avanço do capitalismo. "Uma nova mentalidade política se instala nos espíritos: o crescimento é erigido como alvo coletivo prioritário."

1970 em diante - Escalada do individualismo, juntamente com os "direitos do homem", ambos resultantes do impulso liberal. Mas um indivíduo não tem só direitos, ele tem também interesses. A vertente econômica das liberdades passa ao primeiro plano. "Não se pode separar o triunfo da lógica dos direitos pessoais do princípio da maximização do interesse das pessoas. É assim que se vai da sociedade de direitos à sociedade de mercado." Este último atua como uma espécie de árbitro mais ou menos automático das demandas e ofertas dos agentes implicados. Esse mecanismo não é novo, apenas a sua expansão.

A crise do início do século se coloca sob o signo do político tentando organizar a vida, num movimento histórico onde as massas desempenham um papel constitutivo. A crise atual

se coloca num horizonte inverso: evaporação das massas, perda do coletivo, reivindicação ilimitada das liberdades individuais. É o indivíduo contra o Todo, o que passa pela juridificação crescente das relações econômicas e sociais. O direito defendia o coletivo, hoje ele é o braço armado do indivíduo.

Hoje, o capitalismo é corroído pela globalização econômica e financeira que permite aos capitais se evadirem das normas definidas ao seio dos espaços nacionais. Uma multinacional pode ditar as regras para um Estado, caso decida ou não nele investir. Implora-se para que o capital venha, e que não vá embora. Os organismos econômicos adquiriram um campo de ação expandido, quase ilimitado. É o faroeste mundial. No período de 45-75 ainda havia mecanismos de negociação via sindicatos, Estados, etc, que proporcionavam uma certa redistribuição da renda. Com a gangrena do sistema financeiro temos um capitalismo de predação, em crise permanente, mobilizado por mecanismos que escapam ao controle. Como contrapartida política disso uma democracia meramente formal torna-se na prática uma cleptocracia onde os maiores ladrões estão no comando das ações públicas.

A essência da política não é o debate parlamentar, mas a decisão. Quando os atores da sociedade passam a decidir seu destino comum, isso é o que devemos chamar de democracia autêntica, segundo Gauchet, ou comunismo, para Badiou. Infelizmente, vivemos hoje numa democracia da fala, mas numa oligarquia dos que decidem.

Referências bibliográficas

BADIOU, A. & GAUCHET, M. *Que faire? Dialogue sur le comunisme, le capitalisme et l'avenir de la démocratie* Paris, Philo Editions, 2014.

BADIOU, A. *A hipótese comunista* São Paulo, Boitempo, 2012.

LENIN, V. *Que fazer*, in [*As armas da crítica: antologia do pensamento de esquerda*](#) São Paulo, Boitempo, 2012.

ZIZEK, S. *Alguém disse totalitarismo?* São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. *Por que Marx inventou o sintoma*, in *O mapa da ideologia* Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

_____. *Eles não sabem o que fazem* Rio de Janeiro, Zahar, 1992.